

12/12/2016 - 18h56 - Sinttel-ES - Tania Trento

Telemont não apresenta proposta que atenda reivindicações

Aumentando a angústia dos trabalhadores da Telemont Engenharia de Telecomunicações, a audiência de Conciliação do dissídio de greve, ocorrida às 14 horas dessa segunda-feira, dia 12/12, não mudou em nada a situação econômico-financeira que se encontra a categoria nos últimos dois anos. Pelo contrário, só está piorando.

O motivo da audiência é a greve iniciada pela categoria no dia 23 de novembro, em virtude da falta de reajustes no aluguel dos veículos agregados, nos salários, no auxílio-alimentação (tíquete), PPR, cumprimento da escala, transparência no pagamento da RV, entre outros problemas.

A expectativa do Sinttel, na reunião convocada pela Telemont no dia 7/12, era que esses problemas seriam discutidos e uma alternativa fosse apresentada pela empresa para resolvê-los.

Mas, ao contrário do que dizia o post do encarregado Emerson, publicado no Grupo da Empresa, na rede social Telegram, não houve nem discussão de reajuste do tíquete 2015 e 2016 e reajuste do aluguel dos carros.

A Telemont, representada pelo Getúlio, o diretor Fernando e o gerente Fred, não quis de forma alguma avançar nestes pontos. Manteve a posição que vem marcando o impasse desde o ano passado, quando a categoria recusou a proposta de reajuste do acordo coletivo.

Batendo na mesma tecla, a empresa só considera problema para os trabalhadores a Ação de Cumprimento que a obriga a cumprir a CCT 2015/2016. O resto dos problemas, como aluguel do carros e o tíquete não são importantes, desde que o sindicato aceite voltar atrás e aceitar suas imposições.



Audiência no TRT – dissídio de greve



Reunião convocada pela Telemont no dia 7/12, no Sinttel



Reunião convocada pela Telemont no dia 7/12, no Sinttel



Trabalhadores avaliam proposta da Oi

Sindicato convoca os trabalhadores!

Assembleias na Oi

Em Vitória

Dia 15/12

às 8 h - Rua do Rosário

Centro

às 10 horas - Sede

Enseada do Sua

No interior

Dia 14/12

às 8 horas - Cachoeiro de

Itapemirim

às 8 horas - Colatina

SINTTEL-ES
SINDICATO DOS/AS TRABALHADORES/AS EM TELECOMUNICAÇÃO NO ES

Leia mais em:

<http://sinttel-es.org.br/novo/noticia/proposta-da-oi-para-o-acordo-coletivo-sera-levada-a-categoria/>

Investimento de telecom em P&D quadruplicou para R\$ 4,2 bi em quatro anos

O Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada divulgou um estudo em que mede a inovação no Brasil e concluiu que houve crescimento apenas marginal no período recente – a análise foi de 2008 a 2014. No entanto, o desempenho só se manteve relativamente estável graças aos aportes do setor de telecomunicações, cujo montante quadruplicou em quatro anos, passando de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 4,2 bilhões no período.

“Esse resultado foi tão importante na manutenção da estabilidade dos investimentos em P&D em relação ao PIB no país que, na sua ausência, o investimento em P&D teria sido apenas de 0,54% do PIB, o que representaria uma queda em relação aos 0,59% do PIB verificados em 2011”, diz o Ipea. Com telecom, o indicador apontou suave crescimento de 0,58% em 2008 para 0,61% do Produto Interno Bruto em 2014.

Mas a mesma nota técnica divulgada pelo Ipea avalia que “esse crescimento se deu na aquisição de P&D externo, ou seja, são as empresas do setor comprando pesquisa e conhecimento de outras empresas, universidades ou institutos de pesquisa.

Quando se analisa os investimentos em atividades inovativas de modo geral, também houve um crescimento expressivo no setor de telecomunicações. No entanto, esse número do setor de telecomunicações merece uma análise mais aprofundada pois parece ser alto demais para os padrões históricos do setor.”

A análise aponta, ainda, que houve crescimento expressivo do apoio governamental para P&D. “No início da década, cerca de 19% das empresas inovadoras haviam declarado terem recebido algum tipo de apoio governamental para inovar. Esse número cresceu para mais de 34% em 2011 e para mais de 46% em 2014.”

Finalmente, o Ipea destaca a mudança na composição do investimento em P&D das empresas brasileiras. Esse movimento pode ser visto desde 2008 e mostra que as empresas estão reduzindo o volume do investimento em P&D realizado dentro da própria empresa e ampliando o percentual dedicado à aquisição de P&D de institutos de pesquisa ou de outras empresas. O investimento em P&D interno caiu de 0,5% para 0,45% do PIB.



13/12/2016 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – O AI-5 das Telecomunicações

No início de 2016, a situação do setor de telecomunicações suscitava várias perguntas: como ficariam as obrigações das operadoras em relação à universalização da banda larga nos contratos de concessão? Por que, sendo essencial, esse serviço não estava em regime público? Por que a Anatel não intervinha na Oi?

As respostas vieram de forma trágica.

Para assegurar o impeachment de uma presidenta legitimamente eleita, a Constituição Federal foi rasgada. No lugar de Dilma Rousseff, os representantes do mercado colocaram um capacho do capital para implementar medidas como o corte dos direitos dos trabalhadores, aprofundar a terceirização e, em particular, no setor de telecomunicações, acabar com o que havia restado de obrigações com a sociedade.

A mídia, capitaneada pelas Organizações Globo, foi uma das artífices do golpe e, como tal, permanece calada em relação ao crime que o PL 79/16 engendra no setor de telecomunicações: a inexistência de licitação para a transferência dos bens reversíveis e a renovação eterna do espectro de frequências e das posições orbitais de satélites.

Mesmo com o relatório do Tribunal de Contas da União e o posicionamento do procurador José Paulo Rocha, que em audiência pública destacou pontos claramente inconstitucionais no projeto, o Congresso Nacional, subserviente aos interesses das concessionárias Claro, Vivo e Oi, está prestes a aprovar o PL 79/16. Pior: com o apoio entusiasmado da Anatel e do governo golpista.

Não se trata de uma questão interna do setor de telecomunicações, ao contrário. É um ataque flagrante aos interesses da sociedade, principalmente daqueles que dependem da União para ter seus direitos como cidadãos garantidos pelas operadoras. Sem a imposição de obrigações, a concentração da banda larga nas três operadoras – que hoje dominam mais de 80% do serviço -, será mais acentuada e sua universalização, qualidade e tarifas mais baixas inviabilizadas.

Como doar R\$ 100 bilhões às operadoras em bens que são da União? Como eliminar a cobrança de direito de exploração do serviço e garantir sucessivas renovações que representam cerca de R\$ 2 bilhões anuais que deixarão de ser recolhidos aos cofres públicos? Como lesar tão profundamente a população brasileira? Como favorecer tão descaradamente as operadoras de telecomunicações?

O relatório do TCU oferece todos os elementos para uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por parte do Procurador Geral da República, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, de qualquer partido político com representação no Congresso Nacional, confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

O Instituto Telecom cobra publicamente que essas instituições se movimentem para barrar esse crime. É a única forma de evitar que 2016 seja lembrado apenas por seguidas tragédias. Um verdadeiro golpe dentro do golpe. Um AI-5 das telecomunicações.

Instituto Telecom, Terça-feira, 13 de dezembro de 2016

13/12/2016 - Instituto Telecom

Proteste não quer Anatel regulando franquia de dados

Para a entidade, a agência extrapolou o seu poder legal ao criar o Serviço de Comunicação Multimídia.

A Proteste, entidade de defesa dos consumidores, questiona a Anatel por querer regular a franquia de dados da telefonia fixa. Para a Proteste, serviço de conexão à internet não é um serviço de telecomunicações, como entende a agência reguladora, e, por isso, a Anatel não poderia regular, sozinha, as franquias de dados. O posicionamento da entidade está na contribuição à Consulta Pública formulada pela Anatel.

Para a entidade, os “serviços de valor adicionado integram uma categoria distinta da categoria telecomunicações. Entretanto, a ANATEL vem promovendo a ideia de que o Serviço de Conexão à Internet seria serviço de telecomunicações. 15. Isto porque, ao definir prestador de serviços de telecomunicações, a agência vem afirmando que o serviço de conexão à internet é o “que possibilita o acesso dos usuários às redes de

telecomunicações, suas ou de terceiros e que seus prestadores seriam as empresas que hoje oferecem aos usuários serviços como telefonia e banda larga, fixa ou móvel, por exemplo”, dando a entender que banda larga seria o serviço de conexão à internet”.

A Proteste argumenta que o serviço de conexão à internet não se confunde com banda larga. E que a agência teria extrapolado o seu papel ao criar o Serviço de Comunicação Multimídia (o serviço de banda larga fixa), visto que, para a entidade, somente o Poder Executivo pode criar novos serviços de telecomunicações. Argumenta: “a criação de serviço de telecomunicações é ato típico de política, cujo estabelecimento cabe exclusivamente aos Poderes Executivo e Legislativo, cabendo à Anatel, nos termos do art. 69 da LGT, apenas definir modalidades de serviços já estabelecidos por lei ou por ato do Presidente da República”.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

13/12/2016 - Vermelho

60% dos brasileiros são contra a PEC de Temer, diz Datafolha

Levantamento feito pelo do instituto Datafolha, publicada nesta terça-feira (13) pela Folha de S.Paulo, aponta que 60% dos brasileiros são contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55 de Michel Temer, que congela os investimentos públicos por 20 anos. Dos entrevistados, apenas 24% é a favor da medida, 4% se disseram indiferentes e 12% não souberam responder.

No domingo (11), o instituto divulgou pesquisa que mostra que 63% dos entrevistados quer a renúncia de Michel Temer ainda em 2016 para que possam ser convocadas novas eleições diretas para presidente.

A PEC, que é prioridade de Temer, deve ser votada pelo plenário do Senado nesta terça-feira (13) em segundo turno. A proposta foi apresentada pelo governo para solucionar a crise, mas coloca o ônus na conta da população mais pobre, já que vai limitar gastos em área essenciais, como saúde e educação, por exemplo.

De acordo com a pesquisa, a desaprovação à PEC é maior na faixa etária entre 16 e 24 anos. Nesse grupo, a rejeição chega a 65%. Entre os maiores de 60 anos, 47% desaprovam a PEC.

No recorte por escolaridade, a desaprovação ao teto de gastos é maior entre os que têm nível superior, 68%. Entre os que têm o ensino fundamental, a rejeição ao texto é de 60%.

O Datafolha também verificou que a desaprovação à PEC é maior entre os que ganham menos. 60% para quem ganha

até dois salários mínimos e 62% para quem ganha de dois até cinco salários mínimos.

Desempenho do Congresso

Outra pesquisa divulgada nesta segunda-feira (12) trata sobre a avaliação dos brasileiros sobre o Congresso Nacional. Segundo o instituto, o índice de rejeição atingiu recorde.

De acordo com o instituto, 58% da população considera ruim ou péssima a atuação dos deputados e senadores. Segundo o instituto, é a maior rejeição desde setembro de 1993, que foi de 56%.

A taxa de desaprovação é maior entre quem tem ensino superior e entre aqueles que possuem renda entre cinco e dez salários mínimos: 74% e 73%, respectivamente.

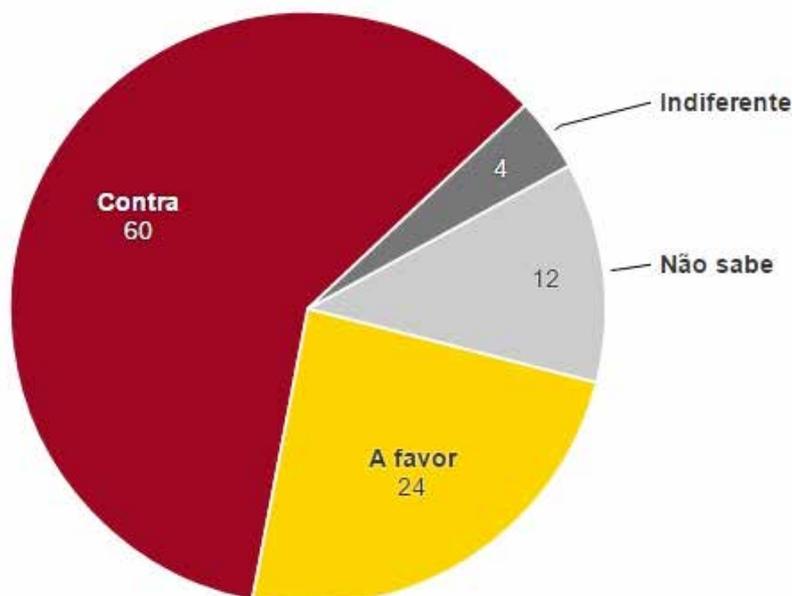
A pesquisa reforçou que os brasileiro consideram a democracia o melhor sistema de governo – 62% dos entrevistados, sendo a mesma taxa de julho de 2016.

O levantamento também apontou o posicionamento no espectro político. Dos entrevistados, 24% se posicionam como centro, 20% como sendo de direita e 15% como sendo de esquerda. Centro-esquerda e centro-direita foram escolhidos por 11% cada e 19% afirmaram não saber.

O índice dos declarados de direita é maior entre aqueles com até dez salários mínimos: 20%, contra 15% da parcela mais rica. Na esquerda, as maiores taxas estão nas pontas: 16% para aqueles com até dois salários mínimos e para aqueles com mais de dez.

PEC 55

Maioria reprova emenda (em %)





13/12/2016 - Altamiro Borges

PEC-55: instrumento do 1% mais rico

No Brasil, o comprometimento do orçamento da União para o pagamento de despesas financeiras, cujos estoques estão em poder de donos de títulos da dívida pública, pessoa físicas ou jurídicas, e principalmente nas mãos do sistema financeiro, dos bancos, alcançou a marca de 27,8% [1] do orçamento federal em 2015.

Esse cenário torna a dívida pública um dos principais instrumentos de dominação da sociedade brasileira por parte dos grandes rentistas, proprietários de grande parte dos títulos da dívida. O processo de gerenciamento da dívida pública, que carrega uma elevada taxa de juros e a lógica de curto prazo no pagamento das obrigações financeiras, tem sido o principal condicionante da política econômica nas últimas duas décadas, o que torna o capital portador de juros um sócio privilegiado do orçamento público.

Há anos o capitalismo das sociedades democráticas de economias centrais encontra-se em crise tríplice: [2] bancária, das finanças públicas e da economia real. As sociedades de economias periféricas de democracia relativa que passaram por golpes militares não estão imunes a essa crise tripla. O capitalismo das últimas quatro décadas sob a dominância financeira dos bancos e das grandes corporações veio acompanhado da "crise orçamental", resultando em uma transformação do Welfare State de proteção social em "Estado endividado" que, dia após dia, tem cortado direito social e garantias fundamentais ao redor do mundo para garantir a rentabilidade das altas finanças especulativas.

É nesse cenário que o Governo Temer traz duas mudanças constitucionais, extremamente restritivas de direitos, e ampliadoras da transferência de recursos dos trabalhadores para o sistema financeiro: a PEC n.º 55 (antiga 241)/2016 do "teto dos gastos públicos" e, mais recente, a PEC n.º 287/2016 da "Contrarreforma da Previdência".

Em tempos de ajuste fiscal para "equilibrar" as contas públicas, impressiona a ineficácia do governo em arrecadar suas 'receitas em potencial', que trariam uma resposta mais efetiva e justa ao cenário de crise econômica nacional. Isto é, de forma bastante contraditória, a gestão por um lado tensiona o orçamento com cortes de despesas primárias e, por outro, flexibiliza a arrecadação potencial. Neste sentido, a história econômica de nosso país oferece exemplos notáveis (1) da passividade na cobrança da Dívida Ativa da União, cujo montante, em 2015, superou a arrecadação, isto é, enquanto a arrecadação federal foi de R\$ 1,2 trilhão, a dívida ativa chegou a R\$ 1,5 trilhão, (2) da negligência com a sonegação fiscal, [3] que em 2014 chegou a R\$ 500 bilhões, (3) da cordialidade com o elevado

dispêndio financeiro com juros que atingiram, nos últimos 12 meses, R\$ 406,8 bilhões (6,61% do PIB), e (4) da generosidade das desonerações tributárias, também conhecidas como "Bolsa Empresário", que alcançaram R\$ 260 bilhões em 2014. [4]

Originando a injustiça econômica e social e reforçando os caprichos do 1% mais rico, temos ainda um sistema tributário regressivo que tem sido um instrumento a favor da concentração de renda, agravando o ônus fiscal dos mais pobres e da classe média trabalhadora e aliviando o das classes mais ricas. [5]

Soma-se, ainda, a elevadíssima concentração de terra, com mais da metade de todo o território rural concentrado em menos de 1% do total das propriedades existentes, com expansão do latifúndio e encurralamento das pequenas propriedades rurais. [6] Apesar disso, essas grandes propriedades contribuem com apenas 0,04% da arrecadação federal por meio do Imposto sobre Território Rural (ITR). Em perspectiva histórica, há uma continuidade da estabilidade dessa conjunção de fatores nominados na sua temporalidade, sem uma ausência de mudança destrutiva, tal como o desenho de uma linha em sua íntegra sem que o lápis se levante do papel.

Existe uma ausência de compreensão adequada desses problemas decorrentes das disparidades econômicas, sociais e regionais no Brasil. Logo, essa não consciência, distorcida pela grande mídia, tem contribuído para que a própria política de desenvolvimento aprofunde essas desigualdades. Em particular, a forma como tem sido conduzida a política nacional nos últimos meses tem sido prejudicial ao país à medida que cria condições mais favoráveis para uma calamidade social nos próximos anos. Não podemos ter dúvida de que a proposta de política econômica em curso via PEC n.º 55 do teto dos gastos e PEC n.º 287 da Contrarreforma da Previdência atua, automaticamente, como mecanismo que irá tensionar num ritmo muito acelerado as imensas disparidades já existentes.

O ponto nevrálgico é que as PEC do fim do mundo não lidam com os quatro pontos levantados no terceiro parágrafo – dívida ativa, sonegação fiscal, juros da dívida e desoneração tributária – importantes elementos da atual crise econômica. Em seu conjunto, temos uma evasão de receita que tem prejudicado o andamento da política pública e refletido na "crise orçamental". Enfim, ao tratar especificamente da limitação da despesa primária (saúde, educação, assistência, seguridade social, entre outras), a PEC n.º 55 não reorganiza a receita da União de forma a potencializar a arrecadação tributária.

Leia mais em:

<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2016/12/pec-55-instrumento-do-1-mais-rico.html>